

REFLEXÕES À LUZ DA LUTA. (A SOCIOLOGIA E O SOCIÓLOGO DIANTE DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST)

JOSÉ GERALDO A. B. POKER*

Fala-se muito hoje sobre Reforma Agrária no Brasil. De assunto quase que restrito a certos redutos, como salas de aula de alguns cursos na universidade, matéria "esquisita" e distante apresentada por livros "críticos" de Geografia ou História nas escolas, ou objeto de discurso de programas de partidos políticos em tempos de eleição, o tema se popularizou de tal maneira que se pode ouvir falar nele nas conversas despreziosas em ambientes os mais variados possíveis. Muitas pessoas hoje já conhecem o significado da palavra "assentamento".

A popularização das discussões envolvendo questões relativas à Reforma Agrária poderia até ser entendida como expressão do desenvolvimento de um determinado estado de consciência política, onde a desconcentração da estrutura fundiária seria uma etapa importante num processo de extensão do direito à propriedade, o que teria desdobramentos econômicos consideráveis, como o aumento da produção agrícola através do aumento do número de produtores - uma solução definitiva para o problema do desemprego em massa que ameaça a economia mundial no final do século.

Se é fato observável que análises como essa são atualmente mais comuns que em tempos atrás, é preciso destacar também a maneira pela qual este assunto ganhou terreno inclusive nas ruas. A Reforma Agrária e os temas a ela correlatos não se popularizaram a partir do aparecimento espontâneo de uma preocupação na opinião pública. Tampouco a sua divulgação pode ser atribuída a uma campanha voluntária da mídia no

* Doutorando em Sociologia pela FFLCH - USP, Professor Conferencista do Departamento de Sociologia e Antropologia da UNESP, Câmpus de Marília e pesquisador do CPEA (Centro de Pesquisas e Estudos Agrários) da UNESP, Câmpus de Marília.

sentido de sensibilizar e despertar as pessoas para o problema da terra no Brasil. E deve muito menos ainda a uma iniciativa gratuita do Estado, na tentativa de encontrar alternativas de desenvolvimento econômico para o país. Em outras palavras, a atenção voltada à questão da terra e tudo mais que isso representa, não pode ser tomada como sinal de amadurecimento político da população em geral, da preocupação da mídia em relação à qualidade da vida dos por ela considerados "menos favorecidos", e nem como projeto de um governo preocupado em promover a justiça social.

É preciso reconhecer que existe conhecimento e interesse sobre o que cerca o tema Reforma Agrária em diversos setores da sociedade brasileira, já que os conflitos e movimentos de luta pela terra são ocorrências bastante antigas por aqui, sendo a Reforma Agrária apontada como uma solução possível nesses casos. No entanto, até pouco tempo, por conta dos locais e da quantidade de pessoas envolvidas, muitos dos conflitos demoravam a virar notícia.

A massificação e inscrição desse tema como assunto polêmico no momento presente deve ser creditado, sem sombra de dúvida, à recente estratégia de luta adotada pelos movimentos, sobretudo aqueles organizados sob a mediação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que atua em diversas partes do país. Trata-se daquilo que o Movimento chama de *ocupações* de terra, em contraste - por motivos óbvios - ao que a imprensa e a polícia classificam como sendo *invasões*. A polêmica sobre as ações do Movimento ganhou definitivamente as ruas à medida que as ocupações passaram a privilegiar como alvo as grandes propriedades particulares, ao invés de se concentrarem nas terras públicas como vinha sendo feito. A radicalidade contida nesta forma de luta, obriga necessariamente o Estado a agir, deixando-lhe apenas duas escolhas: ou cede às reivindicações ou reprime o movimento. Mas mesmo que queira, não consegue ignorar o fato criado pelas ocupações, que transcende o terreno do apenas político, tornando-se fato jurídico e até ético.

A luta pela terra não consiste mais em conflitos isolados, distantes e por isso desconhecidos da opinião pública. Acampamentos e ocupações são feitos em massa, envolvendo muita gente, em lugares onde nunca se imaginou provável que algo dessa natureza pudesse acontecer.

As ocupações não somente obrigam o Estado a agir, mas ao mesmo tempo servem-se do espaço conquistado na imprensa para denunciar (agora em escala planetária) as formas e características da propriedade e uso da terra no Brasil, onde se permite a apropriação por um único dono de imensas áreas de terra, em certos casos de maneira suspeita e com requintes de violência, acobertada quase que sempre pela conivência dos poderes públicos. Por causa das ações desenvolvidas pelo MST, a imprensa nacional tem revelado a todos que aquilo que sempre pareceu roteiro de filme ou novela de televisão, por mais insensato e inacreditável que muitas vezes pudesse ser, era concretamente o cenário verdadeiro do Brasil real.

E não pára nisso. A cada ocupação seguem-se casos de arbitrio daqueles que se dizem representar a lei, tomando evidente que a justiça brasileira enxerga bem e, longe de fazer justiça, sabe proteger os privilégios daqueles que deseja defender. Para não mencionar outros, o caso do assassinato de ocupantes/invasores em Corumbiara e a prisão de lideranças do MST no Pontal do Paranapanema, decretada pelo juiz de Sandovalina acatando a uma denúncia mal explicada feita pelo Delegado de Polícia local, são casos que merecem consideração. Demonstram, sem deixar qualquer dúvida, a crença de que as leis no Brasil somente são aplicadas aos fracos, aos anônimos, aos desprotegidos. Aos que tem "nome" e são amigos, a estes sim é reservada a "justiça" e o "direito". Depois do que aconteceu no Pontal, não se pode mais alegar que isso seja apenas paranóia da esquerda: é possível distinguir muito bem aqueles que vão ser punidos pela lei dos que merecerão a proteção do direito.

Com a mesma simplicidade com que montam os barracos de lona preta, sentindo-se donos legítimos daquilo que não se encontra em uso, sem pedir licença para ocupar, os sem terra invadem - e agora é essa mesma a palavra - e tumultuam o terreno da ordem constituída em várias de suas dimensões, inclusive o terreno da ciência. Concordando ou não com os métodos empregados, é preciso reconhecer que a luta social levada adiante pelo MST, por prender-se na conquista e permanência na terra como objetivos imediatos, não apenas questiona diretamente o sistema de propriedade vigente e as leis que o garantem, mas também, indiretamente, alcança e interfere em outros aspectos da vida cotidiana nacional. Alguém já disse isso, mas vale repetir: a luta pela terra, tal como se realiza,

representa a luta por direitos ao mesmo tempo em que denuncia as práticas da exclusão. Deriva também daí o potencial transformador contido no MST.

Visto sob um olhar mais amplo, é possível concebê-lo não somente como uma das formas de resistência assumidas diante das práticas de exclusão. Sendo a tradução atual mais importante das práticas de luta pela terra no Brasil, o MST reúne consigo a experiência e o aprendizado histórico dos seus predecessores em relação aos erros e acertos diante dos problemas enfrentados, alguns deles ainda continuando os mesmos, apesar das mudanças conjunturais que aconteceram. Como tentativa de solução tem-se uma possível definição do que representa o MST: um fenômeno de difícil explicação, que conjuga simultaneamente um misto de movimento social, mediador de conflitos e agência de mobilização.

É um movimento social à medida que, em torno de um projeto de transformação, uma determinada coletividade atua organizadamente dentro da sociedade civil buscando conquistar nela um espaço legítimo de sociabilidade e vida alternativas. Enquadra-se, portanto, na definição de Ilse Sherer-Warren, para quem os movimentos sociais são entendidos como "uma ação grupal para transformação (a práxis) voltada para a realização dos mesmos objetivos (o projeto), sob a orientação mais ou menos consciente de princípios valorativos comuns (a ideologia) e sob uma organização diretiva mais ou menos definida (a organização e sua direção)" ¹. Ou ainda, conforme a análise de Alberto Melucci, onde os movimentos são "uma forma de ação coletiva (a) baseada na solidariedade, (b) desenvolvendo um conflito, (c) rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação" ².

No entanto, o Movimento não se restringe a um grupo exclusivo de camponeses enfrentando o "sistema" o tempo todo num lugar específico. Apostando que a ampliação de seu poder de reivindicação ocorre na proporção em que "massifica" a luta e o campo de conflito, atraindo novos adeptos, o MST trabalha incessantemente para engajar a maior quantidade

¹ SHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos Sociais**. Florianópolis. Editora da UFSC, 2ª ed., 1987, p. 20.

² Conferir em MELUCCI, Alberto. **Um objetivo para os movimentos sociais**. In Revista LUA NOVA, nº 17, junho de 1989, p. 57.

de sujeitos possível em torno do seu projeto de transformação, onde a terra aparece como elemento essencial.

Torna-se uma agência de mobilização, portanto, à medida que a delimitação do projeto acontece junto com a expansão dos atributos necessários aos sujeitos potenciais que dele queiram participar. Então, indo nessa direção, pode-se dizer que o MST não é um movimento exclusivo *de camponeses* (aqui pensados como categoria econômica), afirmando-se mais como movimento *para camponeses* (definidos enquanto categoria cultural).

Há duas interpretações dessa concepção. A primeira sugere que não são os camponeses enquanto pessoas concretas e efetivas, uma categoria restrita de sujeitos, os únicos integrantes potenciais do Movimento. Conforme sua atividade tem demonstrado, o Movimento encontra-se aberto também e sobretudo àqueles que se identifiquem como tal enquanto modo de ser, tendo a terra como locus imaginário ideal de um projeto de vida.

De outro lado, ser um movimento *de* e muito mais *para* camponeses implica a institucionalização do Movimento. Como indica a expressão, ele não somente deseja a conquista da terra para um grupo determinado de pessoas, mas pretende inserir-se como modo de vida alternativo, para depois enveredar na luta pela transformação da sociedade como um todo ³. É preciso assim que o MST permaneça ainda ativo enquanto movimento, mesmo depois que a reivindicação que lhe deu origem perca o sentido, como aconteceria caso o Movimento tivesse sucesso e todos os seus integrantes recebessem terras, ou se o Estado decidisse por uma ampla Reforma Agrária, por exemplo.

Pode-se entender dessa forma as razões que levam o Movimento a investir na "conscientização", num continuado esforço pedagógico cujos objetivos seriam, num primeiro momento, motivar as pessoas a ingressarem no Movimento despertando o "camponês" dentro delas, acenando-lhes com a possibilidade de resolverem seus problemas materiais pelo acesso à terra mediante a conquista. O Movimento oferece às pessoas

³ Conferir em MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Caderno de Formação nº 20. A cooperação Agrícola nos Assentamentos. s.l., s.n., 1993.

uma proposta concreta de mudar o real, de resolver problemas. (Pelo que demonstra o número cada vez maior de famílias nas ocupações, tal proposta tem sido muito bem recebida).

O trabalho de "conscientização", porém, não termina aí. É preciso que o Movimento cuide de sua reprodução enquanto ideal de transformação da sociedade, e não somente como possibilidade de solução para problemas no curto prazo. Começa então uma segunda fase do trabalho pedagógico, que pretende convencer as pessoas acerca da viabilidade da adoção de uma outra forma de trabalho e gestão da terra. As práticas de "conscientização" nesse momento assumem-se de fato como tentativas de ressocialização. Trata-se de desenvolver nos sujeitos uma visão de mundo que lhes permita aceitar a gestão coletiva da terra e do trabalho, substituindo as concepções que lhes encaminham à gestão familiar/individual.

Brevemente considerando, são duas as justificativas para isso: a econômica e a estratégica. Do ponto de vista econômico, o Movimento entende ser a produção organizada coletivamente o meio mais fácil de viabilizar a sobrevivência econômica daqueles que conquistam um pedaço de terra, dos sem-terra que conseguem se transformar em assentados através da luta.

A premissa que orienta esta conclusão é bastante clara. Embora represente uma conquista, conseguir do Estado a terra é metade do caminho. A outra parte, talvez mais difícil, seja permanecer nela. Vale lembrar que o Estado concede a terra, mas não protege o agricultor nascente dos mecanismos de exclusão presentes no sistema. Chegando à terra sem muitos recursos, o assentado que opta pelo modo de vida tradicional tem poucas chances de melhorar sua qualidade de vida, por não conseguir se integrar efetivamente como produtor nos padrões definidos mercado, por não conseguir competir de maneira lucrativa. O Movimento avalia que as consequências disso são bastante sérias. Inviabilizando-se como produtor, o assentado diretamente inviabiliza a luta pela terra diante da opinião pública. O inverso também é verdadeiro. Quanto melhor sucedido for o assentado, mais a concessão de terras será vista como solução adequada ao problema do desemprego, da miséria, da fome, etc.

A gestão coletiva da terra e do trabalho é também interessante ao Movimento, porque apresenta a possibilidade de concretizar alterações no cotidiano aqui e agora dos assentamentos, de levar as pessoas a praticar outras relações sociais alterando com isso sua maneira de pensar, o que se constitui numa etapa importante do projeto de transformação da sociedade pretendido pelo Movimento.

Na lógica do Movimento, não se consegue distinguir o que seria mais importante: a viabilização econômica ou a alteração da visão de mundo dos assentados. São condicionantes mútuos, à medida que o sucesso econômico reforçaria a mudança da mentalidade tradicional, responsável pelo "individualismo", e esta mudança, por sua vez, garantiria a aceitação da gestão coletiva como forma válida, inclusive, de vida individual.

No entanto, apesar de apresentar vantagens concretas em relação à gestão familiar/individual da terra, a proposta de coletivização tem encontrado muita resistência quanto à sua aceitação pelos assentados. Muitos deles preferem correr riscos de virem a perder a terra enfrentando sozinhos a competição no mercado, a integrarem os projetos de cooperação propostos pelo Movimento.

É nesse ponto que o MST se encontra com as experiências anteriores das formas organizadas de luta pela terra e que pretenderam também exercer alguma modificação no cotidiano por intermédio da coletivização da terra e do trabalho. Ao longo do tempo, várias tem sido as explicações para a resistência em relação ao coletivismo. Dentre as mais famosas, já inscritas no senso comum sobre os movimentos, aquelas que atribuem aos adeptos da gestão individual/familiar certos defeitos de ordem moral, como o "egoísmo", a "alienação", a "falta de solidariedade". Existem outras, onde os defeitos tem origem em aspectos culturais ou ideológicos, como "a incorporação da ideologia dominante" ou a "mentalidade tradicional", apontados como fatores responsáveis pela recusa das propostas de coletivização.

Interpretações mais lúcidas sugerem ser a resistência motivada, e muitas vezes até ampliada, por conta de problemas inerentes à "metodologia" empregada na proposição da alternativa da gestão coletiva, indicando não serem os movimentos homogêneos em termos de projetos para a terra, expressando os vários tipos de atores sociais neles envolvidos

formando grupos de interesse disputando o poder de formular um único projeto a ser teoricamente aceito por todos. Por "metodologia" entende-se aqui os processos e os meios pelos quais um grupo melhor articulado tenta convencer os outros acerca do melhor projeto, que seria o seu.

Mas a despeito das explicações sobre a resistência à adoção da gestão coletiva, é importante destacar que esta idéia não pertence originariamente ao referencial camponês, tão enfaticamente exaltado quando se trata de justificar os movimentos. É um ideal que veio *de fora*, trazido por intelectuais e muitas vezes aceito por grupos em processo de mobilização e confronto. Por intelectuais aqui deve-se entender as pessoas "de fora" que de uma forma ou outra envolvem-se com os movimentos, inclusive até influenciando os intelectuais *de dentro* deles. São os técnicos do Estado, pessoas ligadas à Universidade que assessoram grupos em formação, agentes da Igreja, militantes de partidos políticos. A palavra coletivização adquire significados conforme a procedência do intelectual/assessor: para os técnicos do Estado, trata-se de promover o *associativismo*; para os agentes da Igreja, sobretudo da antiga CPT Comissão Pastoral da Terra), interessa desenvolver o *trabalho comunitário*; *gestão coletiva* ou *trabalho coletivo* para egressos da universidade (sociólogos, por exemplo) e militantes de partidos políticos. Isso sem esquecer que o MST desenvolve nos acampamentos e assentamentos um trabalho de "conscientização" sobre o *cooperativismo* na forma atual por ele defendida.

Segundo Martins, as modalidades de organização envolvendo a coletivização da terra e do trabalho tiveram origem "nos anos cinqüenta, introduzidas pelo Partido Comunista", quando seus militantes "consagraram o *mutirão*, na forma de trabalho comunitário sistemático, juntamente com outras formas de organização coletiva, como meio político de garantir a subsistência dos camponeses" ⁴.

Como aconteceu também em outras experiências de movimentos, o MST é um bom exemplo da participação de agentes na luta pela terra que não pertencem necessariamente à mesma categoria de sujeitos dos seus

⁴ Ver MARTINS, José de Souza. Introdução. In ESTERCI, Neide (Org.). *Cooperativismo e cooperação no campo. Questões sobre a prática da Igreja Popular o Brasil*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984, p. 11.

protagonistas imediatos, os camponeses. No MST há, reconhecidamente, tantos ritmos e projetos para a terra quantas segmentações em sua hierarquia, dividida entre *direção, base e massa*⁵. A *direção* e a *base* via de regra caminham segundo o projeto do Movimento, dizem possuir uma "consciência política", que é fortemente influenciada por conceitos vindos da intelectualidade acadêmica e da Igreja. Já a *massa*, apesar de ser ela a responsável pelo contingente das ocupações, mantém-se nos domínios do tradicional e do senso comum, possuindo projetos disformes, e que não são obviamente afinados com os da *base* e *direção*. Precisa portanto ser "conscientizada", educada, pelas outras duas para que venha a compreender e aceitar o projeto do Movimento, tornando-se *base*.

É nesse contexto que o MST, por causa da maneira pela qual vem conduzindo a luta pela terra e atualizando os ideais e as práticas pedagógicas dos agentes de mobilização anteriores acerca da gestão coletiva da terra e do trabalho, e a exemplo do faz em outros campos, igualmente coloca questões à Sociologia, ciência que possui nítida influência nos projetos que o Movimento carrega. Os embates, as contradições e a busca pela melhor "metodologia" nas relações entre *direção/base* "versus" *massa*, no tocante à homogeneização do projeto político dentro do Movimento, produzem de uma certa forma um ambiente de relações e conflitos que se assemelha à dualidade *sujeito/objeto* no processo de produção do conhecimento científico que se reproduz também na Sociologia. Tal ambiente propicia ao sociólogo uma rara oportunidade

⁵ Segundo o MST, isso remete às seguintes funções: "a) Direção: É o núcleo dirigente responsável pela direção, unidade e condução do movimento de massa. Deve estar a nível local, estadual e nacional. b) Militantes: São os que dão sustentação e organicidade ao movimento de massa. Ou seja, são pessoas mais conscientes, que fazem o vínculo entre os objetivos e decisões que a organização toma com sua ampliação na base e no meio da massa. c) Base: São trabalhadores que se identificam com a organização e se sentem parte dela. d) Massa: São todos os trabalhadores que se mobilizam em torno de objetivos comuns e que dão representatividade ao movimento. É a população atingida pelas mensagens que pode ou não se mobilizar". Isso conforme as instruções da "Cartilha Nº 2: "Vamos Organizar a Base do MST" - uma publicação do próprio Movimento. Nesse sentido, o trabalho de conscientização, na forma como pretende o MST, deve fazer com que a massa venha a ser transformada em militância.

de observar e refletir sobre os desdobramentos e as consequências possíveis das diversas formas de relações de poder que cercam as atividades de "conscientização" de uns sobre outros.

Pode então o sociólogo vir a descobrir que, longe de ser uma batalha de outros, o que vê na prática do Movimento é de fato uma limitação que muitas vezes não percebe na própria teoria, mas que se manifesta de uma maneira ou outra quando decide ser sujeito da história, desejando interferir no real a partir dos ideais que acredita e defende engajando-se em movimentos sociais.

Além disso, não se deve de maneira alguma esquecer a influência que a Sociologia e seus paradigmas tem exercido sobre a reposição e atualização de antigos projetos no Movimento. Ao acompanhar o Movimento, portanto, o sociólogo tem a chance de, ao mesmo tempo em que observa as contingências da transformação do real, também avaliar de que modo a Sociologia tem contribuído para que as mudanças propostas pelo Movimento realmente aconteçam ao nível da vida cotidiana projetada nas práticas dirigidas à emancipação.

Enfim, o MST em sua triplice trajetória como movimento social, agência de mobilização e mediador de conflitos proporciona ao sociólogo a oportunidade de refletir sobre as condições da construção do pensamento sociológico na concretude do cotidiano; de verificar em tempo real as consequências materiais que podem derivar da forma com que o Movimento tem incorporado e praticado os paradigmas das Ciências Sociais como um todo e de investigar a si mesmo, questionando a eficácia do exercício de seu papel de intelectual na maneira como tem colocado o saber que detém à disposição dos que buscam algum tipo de emancipação.

O que tem acontecido em diversas ocasiões nos movimentos sociais pode ser repetido nesta alegoria. Dotado das melhores intenções e imbuído do mais puro espírito libertador, parte o intelectual (que pode bem ser um sociólogo, mas é indiferente se não for, o que importa é a conduta) na sua tarefa de organizar e dirigir a *massa*. Logo percebe porém que a *massa* tem vida própria e não é tão disforme quanto a sua ciência lhe fez ver. Para sua surpresa, vê que a *massa* consegue ter projetos próprios dentro daquilo que o conhecimento que detém lhe permite elaborar. Diante disso, porém, o intelectual pode concluir que, por viver a *massa* em um

contexto de dominação inclusive cultural, seus projetos estão repletos de idiossincrasias, de imitações e adaptações da cultura dominante. É necessário então investir na criação de um projeto realmente próprio para a *massa*, do qual o intelectual julga-se responsável por ter ele a posse do saber, e de onde derivará, junto com o projeto também um modelo de *ser consciente* necessário para que a *massa* seja conduzida à sua emancipação.

Embora pareça exagero, histórias como essa aconteceram e ainda acontecem de verdade, não somente nos movimentos, mas em vários ambientes onde a postura científica intermedia relações sociais. E a despeito desta alegoria ser inspirada nas idéias defendidas por Gramsci⁶, não faria diferença se fosse qualquer outro o paradigma adotado na relação. O que interessa é atentar para a maneira como a ciência se realiza na atividade do intelectual.

Há uma série de relatos a respeito das consequências que tiveram as aventuras de intelectuais desenvolvendo atividades de "conscientização" promovidas nos movimentos de luta pela terra⁷. Sintetizando-se na proposta da coletivização e a pretexto de realizar uma intervenção transformadora na realidade, o que tem sido comum na relação do intelectual com a massa "camponesa" é a reprodução da dualidade científica sujeito/objeto, o que tem como primeira consequência a desqualificação da *massa* como sujeito do conhecimento, e portanto, sua desqualificação como sujeito político.

⁶ A referência é feita ao conceito de "intelectual orgânico" e ao papel que deve desempenhar junto à massa prescrito por Gramsci. Mais detalhes sobre este assunto, procurar em GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1991, p. 91-92; ou ainda em GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. Ver também ORTIZ, Renato. **A consciência fragmentada. Ensaio de cultura popular e religião**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

⁷ Caso se queira mais detalhes sobre o assunto, procurar em POKER, José Geraldo A.B. **A prática da vida e os desencontros da Libertação**. Dissertação de Mestrado. FFLCH - USP, 1994. Ver sobretudo o capítulo II: As bases do conflito: o individual e o coletivo em discussão.

É possível imaginar o que acontece depois, na maioria dos casos. Enquanto o apoio do intelectual for considerado interessante para que o movimento consiga atingir seus objetivos, sua presença é tolerada no grupo. Mas tão logo quanto possível, à medida que conquistam a terra, os sujeitos efetivos dos movimentos tratam de se livrar dos intelectuais, dispensando junto com eles também as idéias que defenderam, muitas delas até aproveitáveis.

Avaliando a atuação do intelectual nestes casos, o que se percebe é que a rejeição às suas propostas não se limita a uma simples questão de "metodologia", como poder-se-ia supor, e às vezes, se costuma diagnosticar. A rejeição deve ser interpretada antes de tudo como uma demonstração de reprovação e revolta em relação ao conteúdo político sugerido pela sua postura, ainda que isso não seja verbalmente indicado. Reprovação e revolta quanto à tendência do intelectual de não reconhecer a legitimidade dos verdadeiros sujeitos e dos projetos contidos nos movimentos. É evidente que qualquer forma de "conscientização" que se valha dessa fórmula caminha para o insucesso, por mais acertado que seja seu conteúdo, como tanto já advertiu Paulo Freire e os demais envolvidos com a Educação Popular⁸.

A menção a Paulo Freire não é gratuita. Crítico severo das práticas iluministas de "conscientização", que consistem em desqualificar a *massa* enquanto subjetividade conceptual e histórica, e que se resumem grosso modo na transferência de modelos de consciência acompanhados dos padrões de comportamentos correspondentes a uma determinada clientela, foi Paulo Freire quem explicitou pela primeira vez na pedagogia brasileira a influência das relações de poder no processo pedagógico, componente este responsável pela reprodução do sistema de dominação nas práticas educativas, mas de igual maneira, caso empregadas em favor dos oprimidos, tais relações representariam a possibilidade de ruptura com o sistema de dominação, permitindo a realização de ações transformadoras.

⁸ Caso se queira mais detalhes sobre este assunto, procurar em BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Lutar com a palavra. Escritos sobre o trabalho do Educador.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985; ou em FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 16ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

Nesse sentido, quando um intelectual opta por "conscientizar" uma determinada *massa* em movimento, e quando, oculto nesse conceito/objetivo encontra-se o propósito de desqualificar os projetos populares por considerá-los um saber ilegítimo, qualquer que seja a metodologia adotada, acontece o que de pior poderia acontecer: pensando estar trabalhando na construção do novo, o intelectual introduz os vícios contidos no processo de produção do conhecimento científico no grupo em que atua, através da manutenção do verticalismo autoritário escondido na relação entre os papéis de ensinar/mandar - aprender/obedecer. E com isso, ao invés de ajudar, o intelectual acaba muitas vezes por atrapalhar e abafar uma real tentativa de construção do novo, que poderia estar contida nas velhas formas da cultura que o intelectual tenta eliminar com o intento de "transformar". Por dispensarem muito pouco da crítica que despejam sobre outros em si mesmos, não é raro que intelectuais, inclusive sociólogos, sejam flagrados exercendo certa prática, embora pensando estarem fazendo algo completamente diferente. São as contradições da *práxis*.

É importante aqui lembrar de Foucault, para quem "é preciso pensar os problemas políticos dos intelectuais não em termos de 'ciência/ideologia', mas em termos de 'verdade/poder' ". Segundo ele, o conceito de verdade não significa " 'o conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou aceitar', mas 'o conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder' " ⁹. Assim,

*"O problema político essencial para o intelectual não é criticar os conteúdos ideológicos que estariam ligados à ciência ou fazer com que sua prática científica seja acompanhada por uma ideologia justa, mas saber se é possível constituir uma nova política da verdade. O problema não é mudar a 'consciência' das pessoas, ou o que elas têm na cabeça, mas o regime político, econômico, institucional de produção da verdade".*¹⁰

⁹ Conferir em FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992, p. 13.

¹⁰ idem, *ibidem*. p. 14.

Caminhando neste mesmo rumo, pensando "o trabalho intelectual com as classes subalternas", José de Souza Martins denuncia ser a crença na "impotência política das classes subalternas, particularmente do campesinato, tão enfaticamente formulada por diferentes correntes teóricas, é a um tempo produto de insuficiências teóricas e produto de uma crise do conhecimento que lida com essas classes" ¹¹. Para ele, é preciso que o intelectual reconheça a especificidade dos "novos movimentos sociais", que não têm como objetivo a conquista do Estado, mas a busca pela afirmação enquanto conhecimento e modo de vida no interior da sociedade civil ¹². Preso a paradigmas autoritários, "o intelectual orgânico do partido", segundo Martins, "é o principal fator de esvaziamento das lutas populares em favor das organizações, dos partidos e da centralidade política do Estado (que, no caso, é um Estado oligárquico e de tendência clientelística).

Esta aí, certamente, a crise maior que atinge em cheio as classes subalternas e compromete fundo suas possibilidades políticas" ¹³.

Tais fatores necessariamente devem levar ao questionamento e reorientação da postura do intelectual e de seu papel nos movimentos sociais, o que, ainda conforme Martins, "é a de descortinar a universalidade contida na realidade pré-interpretada pelo subalterno, que sugere uma teoria da prática" ¹⁴.

É nesse contexto que o MST proporciona ao sociólogo que deseja se engajar numa atuação política efetiva, uma boa oportunidade para que pense sobre si mesmo e o tipo de serviço que pode oferecer aos movimentos que se propõem uma transformação na sociedade, ainda que de forma pontual e localizada. Por conta da natureza de seu conhecimento sobre a convivência em todas as implicações, não se coloca em dúvida a utilidade do saber sociológico em ambientes como os oferecidos pelo Movimento.

¹¹ Conferir em MARTINS, José de Souza. **Caminhada no chão da noite. Emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo**. São Paulo: Hucitec, 1989, p. 132.

¹² Uma análise semelhante é desenvolvida por Tilman Evers em **Identidade. A face oculta dos novos movimentos sociais**. Novos Estudos/ CEBRAP, nº 4, abril de 1984.

¹³ MARTINS, José de Souza. **Caminhada...** op. cit. p. 135.

¹⁴ idem, *ibidem*. p. 134.

No entanto, é o caso de se questionar a capacidade do sociólogo e a validade dos paradigmas de que dispõe para uma atuação verdadeiramente transformadora. Em que medida conseguiria ele empregar o conhecimento da ciência sem que isso permitisse a emergência de relações de poder que viessem a comprometer o processo de emancipação dos movimentos?

Há boas chances de que isso possa acontecer, desde que a ciência, a Sociologia, seja reconstruída em face das experiências e do conhecimento produzido ao longo da trajetória das lutas populares. Nesse sentido, é imprescindível que o sociólogo identifique e saiba inverter o *objetivismo* inerente ao conhecimento científico, conseguindo instrumentalizar sua ciência para produzir o conhecimento necessário a uma análise sobre si mesmo, tornando-se simultaneamente sujeito e objeto do próprio saber, ao invés de aplicá-lo apenas no diagnóstico do que avalia ser problema nos outros. Fazendo assim, pode identificar as contradições e incoerências deixadas em si no contato com os vícios da elaboração das verdades científicas, vigiando-se para não reproduzi-las.

Mais ainda, usando a ciência para conhecer-se por dentro de sua *consciência*, o sociólogo toma-se em condições de estar muito mais a *serviço*, de ser *cúmplice* e não ser apenas um *interventor* nos movimentos. Pode inclusive vigiar e denunciar quando dentro dos movimentos se reproduzem relações autoritárias por conta de intelectualismos deformados, alertando para que as incoerências e contradições ainda presentes, sobretudo no MST, não terminem por comprometer as possibilidades reais de construção do novo que o Movimento contém.

Enfim, é preciso que o sociólogo, por conta do referencial proporcionado pela sua ciência, mais do que outros intelectuais, não se contente em ser apenas sujeito de um conhecimento, mas que transforme este conhecimento no espelho pelo qual consiga enxergar-se também enquanto sujeito da história com todas as suas limitações. Como alguém que busca a *consciência de si*, agora sim poderá o sociólogo sentir-se pronto para analisar os outros. Esta é a lição que os movimentos populares tem nos deixado, e o MST, com seus acertos e descompassos tem renovado de diversas maneiras. É por isso que os movimentos sempre trazem algo de inovador, produzindo questionamentos e aflições que abalam domínios que

sequer imaginam existir. Mostrar isso talvez seja realizar aquilo que Martins sugere ser o novo papel do intelectual dentro dos movimentos: o de descortinar a universalidade neles contida.

O que foi apresentado aqui não constitui qualquer novidade. Tanto quanto os movimentos sociais de luta pela terra são antigos, também a reflexão sobre a atuação de intelectuais junto a grupos em movimento tem sido feita, em muitos casos, à exaustão. É o caso dos estudos que envolvem a Educação Popular, onde este tem sido um tema recorrente de pesquisas, pelo menos há trinta anos.

O curioso é notar que, apesar de sua importância na formação do sociólogo, qualquer sue seja o encaminhamento que dê à sua carreira, pouco se tem incorporado desse conhecimento derivado das circunstâncias da *práxis* em forma de epistemologia nos cursos de graduação em Ciências Sociais. Do mesmo modo, as disciplinas ali oferecidas parecem pouco propensas a abrir espaços para a discussão acerca dos erros e acertos dos paradigmas da Sociologia e da atuação dos sociólogos quando ciência e cientista aventuram-se em projetos de mudança no mundo real. E no contexto da vida na virada do milênio, é preciso que não somente a Sociologia, mas as Ciências Sociais como um todo, estejam preparadas para comprovar o emprego real do conhecimento que produzem, sob pena de virem a ser confinadas a redutos acadêmicos, transformadas em saberes meramente burocráticos, de utilidade duvidosa no cotidiano. Para tanto, o exame crítico dos paradigmas e dos modelos de homem e sociedade elaborados sob a sua mediação, submetendo-os à experiência dos movimentos sociais, parece ser imprescindível. Talvez valha a pena pensar mais sobre isso.

BIBLIOGRAFIA

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Lutar com a palavra. Escritos sobre o trabalho do educador.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- EVERS, Tilman. **Identidade. A face oculta dos novos movimentos sociais.** Novos Estudos/CEPBRAP, nº 4, abril de 1984.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 16ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992.
- GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1991.
- MARTINS, José de Souza. Introdução. In ESTERCI, Neide (org.). **Cooperativismo e coletivização no campo. Questões sobre a prática da Igreja Popular no Brasil**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.
- _____. **Caminhada no chão da noite. Emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo**. São Paulo: Hucitec, 1989.
- MELUCCI, Alberto. **Um objetivo para os movimentos sociais**. LUA NOVA, nº 17, junho de 1989.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Caderno de Formação Nº 20. **A cooperação agrícola nos assentamentos**. s.l., s.n., 1993.
- _____. **Cartilha Nº 2. Vamos organizar a base do MST**. s.n.t.
- ORTIZ, Renato. **A cultura fragmentada. Ensaio de Cultura Popular e religião**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- POKER, José Geraldo A. B. **A prática da vida e os desencontros da Libertação**. Dissertação de Mestrado. FFLCH - USP, 1994.
- SHERER - WARREN, Ilse. **"Movimentos Sociais"**. 2ª ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1987.